



TRABALHO INDIVIDUAL FINAL

Ação: C523. Avaliação das aprendizagens dos alunos – refletir sobre as práticas avaliativas



Turma 1

Formando: Luís Fernando Pinto Leite de Magalhães

FORMADOR: JOAQUIM MORGADO

ENTIDADE FORMADORA: CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DE
MATOSINHOS

MATOSINHOS, 19 DE AGOSTO DE 2014

Apresentação

Este trabalho (TIF) enquadra-se no âmbito da ação frequentada e dos seus objetivos, ou seja, a constante revisitação/atualização legislativa aliada à criação de vários momentos de reflexão sobre as práticas avaliativas. Com ele, pretendo dar conta, em termos sequenciais e cronológicos, dos aspetos por mim considerados mais relevantes ao longo das oito sessões, em que, “pela mão” do formador, fomos constantemente desassossegados, obrigados – muitas vezes – a confrontarmo-nos com as nossas fragilidades, numa busca incessante do “porto sempre por achar”.

Desenvolvimento

Início esta parte com o ponto forte da primeira sessão, a partilha das conclusões.

Nele senti que fomos obrigados a “olharmo-nos ao espelho”. De facto, ao ouvir as várias respostas dos grupos, congratulei-me, pois vi confirmado pelos meus pares o que penso sobre as questões colocadas (*Qual a finalidade da avaliação? O que se avalia? Como se avalia?*), mas também fui obrigado a interrogar-me sobre a minha conceção relativamente à matéria em questão, já que algumas das respostas dadas ultrapassaram o que eu tinha em mente.

Passo ao aspeto mais relevante das temáticas abordadas em 23 de abril, a tomada de contacto com novos conceitos, a avaliação normativa e a criterial. Apesar de a distinção não ter sido uma tarefa fácil, já que as fronteiras nem sempre me pareceram nítidas, com conceitos que ora pareciam aproximar-se ora afastar-se, provocando-me alguma desorientação, acabou por se transformar num desafio.

Seguidamente, elenco dois aspetos que mais me agradaram na sessão de 21 de maio. O primeiro prende-se com a luz lançada sobre os conceitos de avaliação criterial e normativa. O segundo está relacionado com a avaliação diagnóstica. Aparentemente uma prática consensual e indiscutível, a partilha em pequeno grupo veio revelar que o assunto estava longe de ser pacífico. Assim, à salutar polémica inicial, seguiu-se uma reflexão bastante profícua, já que cada docente interpretou, à luz da sua disciplina, o que entendia por “aquilo que eles [alunos] já conhecem”, ou seja, qual deveria ser o seu ponto de partida para nortear a aprendizagem dos discentes. Este exercício permitiu chegar a algumas ideias-chave que talvez possam ajudar a construir “Um manual comum de práticas de avaliação diagnóstica” para a Escola.

Numa sessão tão rica, torna-se complexo destacar o aspeto de maior impacto, porém, já que é necessário escolher, elejo a avaliação das atitudes e valores e qual deve ser o seu peso na classificação dos alunos.

A relevância do aspeto focado parece-me inegável e, por isso, considero que a reflexão no âmbito desta ação faz todo o sentido, e por várias razões. A primeira, porque veio lembrar que a escola não pode descuidar as atitudes e os valores. A segunda, porque tornou evidente a complexidade da sua avaliação. A terceira – e provavelmente a mais relevante! - porque colocou o dedo numa questão polémica: a da classificação dos valores e atitudes. Será que devem ser tidos em conta na avaliação sumativa? Mas - ao fazê-lo - não estará a escola a enviar uma mensagem ilusória ao aluno? Assim, quais devem ou podem ser classificados? Todos ou só alguns?

Dos aspetos explorados na sessão de 19 de junho, aquele que julgo ter sido mais pertinente foi o da operacionalidade da avaliação formativa.

Assim, se, por um lado, é possível lançar mão de uma variedade de instrumentos de recolha de informações adequada à diversidade das situações de aprendizagem, que poderão ter uma função reguladora e, por isso, permitir “um ajustamento de processos e estratégias”, quer por parte dos docentes quer dos discentes; por outro, é muito difícil “desenvolver de uma forma continuada e sistemática” uma avaliação formativa, sobretudo “quando combinada com tantas tarefas a que o professor tem de responder”. Igualmente complexo é conseguir que o aluno se transforme em “aprendente” e tome consciência da importância do seu papel, ou seja, se transforme de tal forma no sujeito central da aprendizagem que a “intervenção do professor não seja mais necessária”.

Concluo, portanto, que a assunção destas fragilidades por parte de especialistas em avaliação evidencia bem a importância da reflexão sobre estas matérias, sobretudo pela tomada de consciência – entre os docentes – de que o que lhes é exigido ultrapassa, muitas vezes, os limites do possível.

Dos aspetos explorados na sessão de 2 de julho, aquele que me parece ter sido determinante foi o da explicitação entre critérios e indicadores e o da sua posterior construção em trabalho de grupo, e que foi revelador de algumas fragilidades.

Assim, após exposição por parte do formador da importância de uma clara explicitação dos critérios de avaliação e da diferença entre estes e os indicadores - com recurso a exemplificação diversa - passou-se à fase de execução, ou seja, à da construção de critérios e respetivos indicadores que permitissem a avaliação de uma visita de estudo a um museu. Da partilha em grande grupo desta tarefa ficou evidente

que a generalidade dos docentes envolvidos apresentou os indicadores, não tendo tido, porém, a mesma facilidade na definição clara dos critérios.

-É além que eu ando, murmurava ele às vezes, fitando a lua. -Parece que estou aqui sentado, mas ando além...

O excerto citado é pretexto para recordar o belíssimo texto de Manuel António Pina, e que serviu de base a uma das tarefas desta sessão. Foi ele que me cativou, mas – ao mesmo tempo – me veio desassossegar, confrontando-me com as minhas fragilidades, lembrando-me que ao questionar esta língua encantada - sobretudo no processo de construção de itens - há muitos perigos que têm de ser evitados e, por isso, é necessário “ter os pés bem assentes na terra”. Porém – e paradoxalmente - esta incessante busca de objetividade não pode deixar de ser acompanhada por uma boa dose de sonho, pois só a partir dele “a obra nasce”. Assim não podemos também deixar de - pelo menos de vez em quando - “andar na lua”.

Na última sessão o que considerei fundamental foi a preocupação de o formador juntar todos os fios desta meada e, “Ao contrário de Penélope”, apresentar toda a tessitura, detendo-se apenas – para os clarificar - nos pontos que apresentaram mais fragilidades aos aprendizes de tecelão. Refiro-me concretamente à importância de uma correta Definição de Critérios e de Indicadores, particularmente na perspectiva de uma avaliação formativa. Este ponto foi objeto de mais uma tarefa, desta vez comum a todos grupos, que, após alfaiatar, cegar os nós, entrelaçar e reentrelaçar os fios, apresentaram cada um a sua obra, numa partilha bastante produtiva, evidenciando também que já estavam aptos a executar aquela técnica.

Conclusão

É tempo de verificar como podemos vestir não toda mas alguma da tessitura acima desfiada. Assim, refiro apenas os aspetos que melhor dão conta da relevância desta ação para a melhoria da nossa prática docente.

Em primeiro lugar, a consolidação de uma correta construção de itens e de critérios de classificação. Em segundo, a importância da utilização – em todas as tarefas a avaliar – de critérios e dos respetivos indicadores. Em terceiro – e decorrente dos anteriores – a necessidade de uma revisão dos Critérios de Escola aliada a uma reflexão sobre a questão polémica da classificação dos Valores e Atitudes. Por último, destaco a importância da perspectiva formativa na avaliação das aprendizagens dos alunos.

Por tudo o que foi exposto, é inegável que a ação cumpriu os seus objetivos: desassossegar-nos...